

tal acontecer, precisarão de tais revisões que melhor seria a seus autores escreve-las de novo.

Tais considerações me ocorreram ao tomar conhecimento de um recente trabalho do Professor Wlademir Pereira (*Evolução industrial do Estado de São Paulo*), publicado pelo Instituto de Pesquisas da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Osasco, inaugurando a série *Cadernos de Economia*. Trata-se, pelo que se constata, da apresentação do resultado de uma série de pesquisas iniciadas pelo autor ao tempo em que esteve vinculado à cadeira de Economia Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, então regida pelo Professor Paul Hugon, de quem o autor foi assistente por muitos anos. Escolhendo como assunto de seu trabalho a evolução industrial do nosso estado, Wlademir Pereira demonstrou que uma pesquisa científica pode vir a interessar o homem comum não familiarizado com os *mistérios* de sua ciência, e, mais ainda, constituir um trabalho que vem preencher sensível lacuna em nossa bibliografia.

O Professor Wlademir Pereira, que, além do magistério universitário, tem ocupado cargos técnicos e administrativos de relevância, e que está, ainda, vinculado a Campinas, pois aqui exerceu funções junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas de nossa Universidade Católica, logo no seu início, ao escolher o assunto de sua pesquisa, percebeu, naturalmente, o que havia de lacunoso na história econômica de São Paulo e dispôs-se a estudar um dos aspectos de sua evolução material, ou seja, a que se refere à indústria, fenômeno relativamente novo — declara ele no prefácio — e que só a partir de fins do último século passou a adquirir importância. Esse retardamento na industrialização da terra paulista encontra razões em fatos de ordem social, econômica, histórica e política, e são esses fatos que o autor se dispõe a examinar na primeira parte de seu livro. Essa primeira parte vale por um pequeno ensaio de história econômica paulista e nele o autor considera particularmente a ausência, por largo espaço de tempo, de tarifas alfandegárias protecionistas, o problema da escravidão, a exploração cafeeira, a importância dos fatos demográficos na industrialização paulista, as estradas de ferro, a instalação de usinas de energia elétrica, enfim todos os elementos responsáveis pelas condições que tornaram possível o surgimento de um parque industrial em São Paulo. A seguir, considera três fases da evolução industrial paulista: a). — a fase conduzida pela estrada de ferro e máquina a vapor; b). — a fase de predominância da influência da energia elétrica; e c). — a fase da influência da siderurgia. Defendendo-se de alguma eventual crítica que lhe possa ser feita, ao lembrarem que fatores de outra natureza tiveram primazia sobre os socio-econômicos, lembra que o seu intuito não foi o de avaliar a importância de fatores diversos sobre a evolução industrial bandeirante, mas, tão-somente, seguir critério fundamentalmente socio-econômico.

Numa segunda parte, passa o autor a examinar as influências que o desenvolvimento industrial de São Paulo exerceu na estrutura socio-econômica paulista, começando pelas influências no setor agrícola e tratando sucessivamente das influências sobre o comércio, o transporte, os fatos demográficos, a renda nacional e a renda *percapita*. Aqui, como é natural, os dados estatísticos se sucedem, mas na dosagem necessária (outra coisa que nem todos os pesquisadores conseguem) para fundamentar seu trabalho. São frequentes os trabalhos que necessitam apelar para as estatísticas, mas fazem-no de maneira a deixar o leitor em dúvida se todos os dados utilizados seriam mesmo necessários... Não é o caso do presente livro. Certamente o fato de seu autor ser não só pesquisador, mas também professor, explica muito da clareza, de seu trabalho e do emprego adequado dos elementos estatísticos para o necessário embasamento documental de seu estudo.

A terceira parte trata das influências da industrialização sobre os preços, salários, mão-de-obra, custo de vida, produção e consumo de energia e capital. Valem para essa terceira parte as mesmas observações feitas para a segunda, relativas à utilização de dados estatísticos. As tabelas concernentes a salários, distribuição da população segundo as atividades, flutuação do emprego na região de São Paulo, índices de custo de vida, consumo de energia elétrica e de combustíveis, investimentos de capital e outras ainda são elucidativas, necessitando apenas de maior atualização, pois a pesquisa não é recente e os quadros socio-econômicos mudam com muita rapidez. Mas se as referências vem só até 1966 e algumas reportam-se apenas até o ano de 1962, isso em nada desmerece o trabalho, pois ele fixa um momento muito importante da história de São Paulo, aquele que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial, pois foi a partir desse momento que começam a se apresentar os problemas oriundos das diferenças de constituição entre a antiga sociedade rural e a sociedade urbana, na qual se salienta a industrialização. A estabilidade, bem característica da sociedade brasileira, é profundamente alterada. As atividades sociais, nas áreas predominantemente agrícolas, segundo o pensamento de Le Play, citado pelo autor,

“são simples e pouco numerosas e a família e grupos de parentesco mais amplos exercem sua função reguladora disciplinando e estabilizando a ação dos indivíduos e dos grupos sociais”.

Com o desenvolvimento industrial, surgem novas instituições e se nos apresentam problemas de organização e instabilidade social:

“Num período relativamente curto, as cidades da região industrializada sofrem um supercrescimento demográfico, fora de quaisquer previsões, acarretando uma série de consequências econômicas e sociais próprias dos crescimentos ultra-rápidos”.

Ultra-rápidos e imprevisíveis, como o próprio autor pondera, de que é exemplo frisante toda a região da Grande São Paulo e cujas influências já

se fazem sentir também em algumas cidades do interior, que não estão preparadas, na sua infra-estrutura, para se tornar, de um momento para outro, verdadeiros parques industriais. Daí os numerosos problemas que algumas delas já enfrentam, e que devem alertar seus administradores no sentido de corrigi-los enquanto é tempo. Sim, porque algumas, infelizmente, não podem mais ser corrigidas, conforme lembrei na “carta aberta” ao Senhor Prefeito Municipal, que publiquei no começo deste ano, num dos jornais de Campinas.

Aliás, o próprio Professor Wladimir Pereira julgou oportuno encerrar seu trabalho com três advertências, ao lembrar que

“a industrialização no Estado de São Paulo, após ultrapassar diversas dificuldades, continua a enfrentar vários e sérios problemas a requererem soluções”: um deles, “fundamental, pois é base da solução dos demais”,

é o da necessidade de um programa que discipline e nacionalize o nosso desenvolvimento econômico; outro, é o da concentração, no sentido econômico do termo, isto é,

“aumento das dimensões médias das empresas, visando poupanças de capitais e de mão-de-obra, e, sobretudo, aumento da quantidade produzida e redução do preço de custo da produção”;

e um terceiro é o do aumento da quantidade de energia, principalmente a elétrica, que, pela escassez, não raro tem limitado e encarecido a produção industrial e nos obrigado a um maior consumo de combustíveis de origem estrangeira. E, ao lado de tudo isso, a necessidade de ampliação do mercado interno, o que, ao ver do autor, será conseguido com a melhoria dos produtos industrializados aliada a medidas que visem ao aumento do poder aquisitivo no nosso homem do interior, pela melhoria da produção agrícola e dos meios de transporte e comunicações. E, complementando, a intensificação da corrente de capitais, melhoramentos dos sistemas de crédito, a formação de técnicos e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho. Entrosagem difícil, não há dúvida, mas possível, pois outros países souberam alcançá-la.

Não me furto ao prazer de transcrever, para melhor proveito dos leitores, os dois derradeiros parágrafos do livro de Wladimir Pereira:

“O que se observa, porém, é que embora sejam diversos e difíceis muitas vezes de solucionar, os problemas da industrialização em São Paulo têm encontrado no moderno bandeirante o homem que os enfrenta com coragem e decisão e os resolve com a serenidade e capacidade daqueles a quem o destino histórico entregou o bastão da liderança econômica nacional. E, da análise a que procedemos da evolução industrial paulista, fica-nos a convicção de que ela caminha, a passos largos, no sentido de ombrear-

-se com os mais adiantados países do mundo, nesse setor da atividade humana, colocando o Brasil, a cada dia que passa, em situação de mais destaque entre as nações que já atingiram alto grau de desenvolvimento material e intelectual”.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento à Faculdade de Ciências Econômicas de Osasco, na pessoa de seu diretor, Professor Delorenzo Neto, “magnífico incentivador dos que se iniciam no campo das Ciências Sociais”, como ressalta o Professor Wladimir Pereira, por ter ensejado a publicação do excelente trabalho que propiciou esta nota. Seria de desejar, apenas, que as publicações do importante instituto universitário de Osasco tivessem maior divulgação e pudessem ser encontradas facilmente nas livrarias.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

KOWARICK (Lúcio). — *Estratégias do Planejamento Social no Brasil*. São Paulo. Cadernos do CEBRAP. 1973.

A finalidade primeira desta resenha é chamar a atenção para os cadernos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que se dispõem a analisar temas brasileiros da maior importância.

O trabalho de Lúcio Kowarick, cujo título encima esta nota, insere-se nessa linha e discute o planejamento social no Brasil desde as primeiras tentativas governamentais ocorridas em meados da década dos 40.

O autor começa analisando o conceito de planejamento social, afirmando que no Brasil

“quando se pensa o processo de desenvolvimento para fins de planejamento, o termo *social* é geralmente definido em oposição ao econômico. Ora, desenvolvimento é um processo integral e a separação entre aspectos sociais e econômicos constitui uma dicotomia que pode obscurecer a própria natureza da questão”.

Alem disso, os planos brasileiros não se apoiam numa teoria sociológica do desenvolvimento (ver Florestan Fernandes: *A sociologia numa era de evolução social*) e a ausência de sistematização dos problemas ligados ao desenvolvimento social diminui, de muito, seu alcance. Como o desenvolvimento econômico é visto como o fulcro dos problemas brasileiros, o *social* surge sempre com um caráter nitidamente *economicista* (como *reflexo* do crescimento econômico), reduzindo-se a atividades setorializadas, que se ressentem de uma abordagem de conjunto.